

3 DE FEVEREIRO DE 1995

Na campanha eleitoral, eu disse várias vezes que o êxito do Plano Real era condição indispensável para o Brasil recuperar a crença em si e abrir horizontes de prosperidade para o seu povo.

Não faltou quem dissesse que o Plano era eleitoreiro, que, mal terminadas as eleições, a inflação voltaria a crescer. Enganaram-se redondamente.

Sete meses depois do lançamento do Real, a inflação continua baixando. Em dezembro, foi mais baixa do que em novembro. E, agora, em janeiro, mais baixa ainda do que em dezembro: menos de 1,5%.

Hoje, o povo sabe, pela própria experiência, que a luta contra a inflação é para valer, e não um truque para ganhar as eleições. Quem vai ao supermercado ou ao armazém já não leva aquele susto de ver os preços subindo todo dia. Alguns preços ainda sobem, mas outros estão parados, como os da gasolina e dos alimentos. E outros estão mais baixos do que no início do Real.

Uma cesta básica de produtos que custava 108 reais em julho hoje está custando quase 10% a menos. Isso quer dizer que o custo de vida está baixando para o trabalhador, para quem vive do seu salário ou da

aposentadoria, para quem trabalha por conta própria, para a grande maioria dos brasileiros.

Você sabe o alívio que é viver sem inflação. Eu não preciso ficar repetindo. É importante a gente olhar para trás e ver como o Brasil melhorou nos últimos meses. É isso que nós dá confiança, nos dá ânimo para continuar fazendo tudo o que precisa ser feito para o Brasil melhorar ainda mais.

Juntos, cada um de vocês e o Governo continuaremos a batalha contra a inflação no dia-a-dia, para impedir que ela volte. Mas, infelizmente, há os pessimistas profissionais. Uns por temperamento, outros por ingenuidade e uns tantos por má-fé continuam pregando a “fracassomania”.

Como não podem desmentir o sucesso no combate à inflação, voltam-se para outros temas, procuram assustar o País com o fantasma da crise mexicana. Já, já, terão de mudar o disco. Nossas reservas continuam elevadas: cerca de 38 bilhões de dólares. As exportações reagiram: no início de janeiro, voltamos a ter superávit. E, mais ainda: cerca de dois terços das importações são compostos de matérias-primas e máquinas, que aumentam a produção e o emprego.

Os investidores estrangeiros diretos, isso é, quem vem aqui para ampliar a produção e não apenas para especular, souberam reconhecer as vantagens do Brasil e continuam nos procurando para construir fábricas aqui.

A retomada do crescimento econômico – estamos crescendo à taxa de 5% ao ano – permitiu começar a afastar o fantasma do desemprego, que diminui desde setembro passado.

Mais uma vez, portanto, os derrotistas erraram. Enquanto isso, o Governo continua trabalhando.

No Congresso antigo, havia uma lei importante a se obter: a das concessões de serviços públicos; e um remendo a fazer: tapar alguns buracos na sonegação fiscal. Isso nós conseguimos. O Congresso aprovou a Medida Provisória nº 812, contra a evasão fiscal, e o Senado aprovou o projeto da lei de concessões, que eu apresentei há quatro anos.

Com essa lei e com a transformação que já fiz nos mecanismos das privatizações, abre-se um enorme espaço para a modificação do Estado brasileiro. Com o concurso da iniciativa privada, poderemos retomar as

obras de geração de energia elétrica, melhorar nossos portos, nossas estradas e assim por diante.

Isso mostra que o Governo tem o apoio dos partidos que formam a maioria, governará com eles, utilizará os quadros que forem competentes, mas não estabelecerá nenhum balcão, nenhum canal para a prática do toma-lá-dá-cá.

Como exemplo da nova atitude, o Ministério das Comunicações fará licitações ou leilões de canais de rádio e TV, em vez de utilizar a prerrogativa que o Presidente tem de outorgá-los para obter apoio político. Essa nova atitude, que repudia as medidas de impacto, o fisiologismo e o clientelismo, foi que nos levou a extinguir dois Ministérios, sabidamente gastadores, e a criar o Programa Comunidade Solidária, uma nova forma de utilização dos recursos públicos, em parceria com a sociedade, para atender às necessidades sociais.

Isso leva tempo? Leva. Mas nem o Presidente, nem os Ministros são acrobatas de circo para fazerem piruetas, receberem aplausos e desaparecerem nos bastidores. A mudança no modo de governar, a coordenação entre os Ministros, a reflexão necessária para que as decisões sejam corretas demandam tempo – o tempo certo para evitar o desperdício, os erros sistemáticos, a improvisação e a incompetência.

Desfeitos os argumentos frágeis da “fracassomania”, a batalha se desdobra para outro terreno: o da demagogia. “É preciso aumentar o salário mínimo”, dizem. Claro que é preciso! Alguns setores da economia, como os pequenos e micro empresários, que, por seus representantes, declaram ser possível pagar desde já o salário mínimo de cem reais, devem fazê-lo, o quanto antes. Não há lei que impeça. O Governo vê com bons olhos os aumentos, desde que não sejam repassados aos preços, para alimentar a inflação. E isso vale, ainda mais para as grandes empresas.

E os salários mínimos pagos pela Previdência? Dos 14 milhões de pessoas que recebem salário mínimo no Brasil, cerca de 11 milhões são aposentados ou pensionistas da Previdência Social. Esses também precisam de aumento. Só que o Congresso passado criou um enorme problema: aumentou não só o salário mínimo, mas todos os benefícios da previdência em 42%, sem dizer de onde viriam os recursos para pagá-

los. Resultado: um rombo potencial de mais de 5 bilhões de reais no orçamento da Previdência.

Então, agora, ou o Presidente sanciona a lei, e reacende a fogueira inflacionária, porque terá de emitir dinheiro desvalorizado, ou veta a lei. E, nesse caso, o povo vai dizer: “Mas veta o mínimo e não veta o aumento dos parlamentares e do próprio Presidente?” Acontece que o aumento do salário dos parlamentares, dos ministros, do Presidente e do Vice é competência exclusiva do Congresso. O Presidente não tem poder de veto nesse caso.

Eu ponderei, na ocasião oportuna, que o aumento dos parlamentares, dos ministros e do Presidente deveria ser moderado. Apelo, agora, aos líderes dos partidos do Governo e também da oposição para que revejam, pelo menos, a decisão que acabou dando o equivalente a 15 salários aos parlamentares. Para deixar claro o nosso empenho moral com respeito ao aumento do salário mínimo, enquanto não for possível pagar pelo menos 100 reais, os ministros abrirão mão da recentemente criada Gratificação de Função, que equivale a cerca de 25% do salário, enquanto o Presidente e o Vice farão o mesmo com suas remunerações.

Mas isso não basta. É preciso criar condições para cumprir o que já era desejo do Presidente Itamar Franco: alcançar logo um patamar equivalente a 100 dólares para o salário mínimo, não um aumento falso, corroído pela inflação, que é o que ocorreria se não vetássemos a lei recentemente aprovada pelo Congresso, mas um aumento de verdade, equivalente a 100 dólares ou, quem sabe, a 100 reais. Enviarei ao Congresso, no próximo dia 16, algumas medidas de reforma da Constituição e outras de lei ordinária, que permitirão sancionar, tão logo o Congresso as aprove, um aumento efetivo, verdadeiro, real do salário mínimo.

Isso como primeiro passo, para cumprir a minha promessa de campanha, que era dobrar, em quatro anos, o salário mínimo em termos reais.

Eu preciso do apoio do novo Congresso não para a pessoa do Presidente, mas para o Brasil. Tenho procurado esse apoio, eu e meus ministros temos conversado francamente com os deputados e senadores, mostrando a eles os problemas e adiantando as soluções que o Governo vai propor ainda este mês por intermédio de emendas constitucionais.

O resultado dessas conversas tem sido muito bom. Reafirmo que essas emendas serão encaminhadas do mesmo modo que foi feito o Plano Real, dialogando, com transparência, sem surpresas e respeitando os direitos do cidadão, do funcionário e do aposentado. Elas vêm para melhorar o desempenho da economia e a vida das pessoas, respeitando os direitos sociais.

Para mim, é tão importante que o Governo e o Congresso trabalhem afinados, que eu tomei uma decisão difícil. Resolvi assinar o projeto que anistia os deputados e os senadores acusados de fazerem mau uso da Gráfica do Senado – desde que eles paguem o material que foi impresso.

Nos últimos dias, recebi centenas de cartas e telegramas, pedindo que vetasse esse projeto. Isso mostra que o Brasil não tolera mais o mau uso de recursos públicos. Eu também não tolero e serei inflexível com os desvios que vierem a acontecer dentro do Executivo. Mas, se eu vetasse o projeto, corria o risco de criar um conflito entre os Poderes, da Justiça, que impediu o Senador de concorrer, e do Congresso, que achou esse castigo exagerado pela gravidade do delito.

É bom que se diga que alguns juízes, ao condenarem o Senador Lucena, ressaltaram que a pena era excessiva e também que o povo da Paraíba o reelegeu com votação expressiva. Quando os Poderes da República brigam, quem acaba perdendo é o Brasil.

Eu quero que o Governo, o Congresso e a Justiça trabalhem em harmonia, para que o Brasil ganhe, para que as reformas de que o Brasil precisa saiam logo. A responsabilidade do Congresso que se inicia é enorme. As emendas à Constituição são, hoje, uma exigência da sociedade. O Governo não deixará de assumir a sua responsabilidade, discutindo-as com o País e articulando-se com as lideranças partidárias; mas caberá aos deputados e senadores a palavra final.

Eu confio no patriotismo dos representantes do povo. Vamos colocar o Brasil em primeiro lugar, com muita fé, sinceridade e trabalho.

Muito obrigado.

